

PROGRAMA ELEITORAL DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - CRATO

NOSSA VOZ NO PODER

MANIFESTO DO PSOL: CRATO PARA OS 99%

Direito de andar na rua pois a rua é o seu quintal

Todo mundo tem direito à vida

Todo mundo tem direito igual

(Lenine)

O PSOL pela primeira vez terá candidaturas para as eleições municipais do Crato: a professora feminista e ativista do movimento negro Zuleide Queiroz é a pré-candidata do partido para o cargo de prefeita, tendo como vice o professor Juciel Lima, ambos com histórias de vida marcadas pelo envolvimento nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade.

As histórias dessas (es) lutadoras (es) do nosso povo se confundem com a luta coletiva para que os trabalhadores, as mulheres, a juventude, os (as) idosos (as), o povo negro, indígena, lgbtqi tenham direito à cidade, à saúde, à educação, a moradia, transporte público de qualidade e acessível a todos (as), ao bem viver, como qualquer outra pessoa.

Qual é o projeto de sociedade dessas candidaturas do PSOL?

No Crato, somos a campanha do Fora Bolsonaro em defesa da vida, do SUS, da Cultura, da Ciência e da Educação Pública. Nossa campanha é a da defesa incondicional dos direitos trabalhistas, previdenciários, dos povos originários na luta pela terra, pela água, pela vida, retirados e constantemente atacados pelo governo do atual presidente e os seus ministros. Defendemos um modelo econômico que trabalhe para a prosperidade e o bem viver dos 99% e não para o 1% de pessoas ricas. No Brasil, as cinco pessoas mais ricas tem uma riqueza que equivale a 50% da população. Além disso, combateremos as heranças da escravidão, da Ditadura Militar e o patriarcado que tem efeitos absolutamente violentos na

vida das mulheres, principalmente das mulheres negras, da juventude periférica e na população LGBTQI.

Quem as nossas candidaturas do PSOL representam?

A cidade de Crato, historicamente tem sido governada por meia dúzia de políticos tradicionais ligados às velhas oligarquias e velhas formas de fazer política que se revezam no poder e não promovem o desenvolvimento da cidade nem do seu povo. Nossas pré-campanhas para prefeita e vereadoras não tem qualquer ligação com nenhuma dessas candidaturas. Somos trabalhadores e trabalhadoras. Nossa campanha será aquela na qual as lutadoras e lutadores, os coletivos feministas, o movimento negro, a juventude, os (as) idosos (as), os povos indígenas, os movimentos artísticos e culturais da tradição popular, em todas as suas formas de expressão dessa cidade serão protagonistas. Esta é a campanha das (os) que constroem a resistência ao fascismo e se organizam para defender os direitos e o bem viver.

Qual o Crato que queremos?

Entendemos que somente a luta muda a vida. Por isso o O PSOL do Crato se apresenta nas eleições para dizer que outro Crato é possível porque outro mundo é possível. Só a luta do povo é capaz de mudar a sociedade e construir um futuro sem fascismo, sem machismo, sem racismo, sem LGBTFobia e sem exploração. Por isso chamamos todas e todos a construírem este projeto de sociedade junto conosco, não só nas eleições, mas em todos os outros momentos e espaços sociais.

DIREITO À CIDADE

A cidade é construída no tempo e é marcada pelas desigualdades e lutas sociais. Um projeto emancipador deve enfrentar essas desigualdades, afirmando a cidade como um direito. Não podemos fazer concessões. É preciso conciliar com os interesses das maiorias e não das classes dominantes.

A cidade também é um lugar de desigualdade para mulheres, pessoas negras e LGBTQs. As estatísticas de assédios contra as mulheres são expressivas. O espaço público é considerado domínio dos homens e o privado das mulheres, o que nega o direito das mulheres à cidade, apesar de serem elas as que mais frequentam o espaço urbano. Pessoas negras são a

maioria nas periferias, onde estão existe menor acesso a serviços públicas. LGBTs são expulsos e invisibilizados dos espaços públicos.

No Crajubar, 158 mil pessoas vivem com menos de 500 reais. 12 mil pessoas não têm moradia, enquanto o setor da construção civil da região foi o que mais cresceu. A população enfrenta aumentos constantes e abusivos nos preços das tarifas do transporte público. A classe trabalhadora enfrenta desemprego, precarização do trabalho e das condições de vida. Lutar pelo direito à cidade é lutar pela ampliação do poder popular. Precisamos desprivatizar e ampliar a riqueza pública, ampliar o saber, o acesso ao poder através canais de participação e deliberação no planejamento do espaço urbano e promover direitos.

Propostas:

- Mapeamento dos problemas da cidade por área.
- Defesa e investimento nas empresas públicas.
- Políticas de municipais prevenção da violência, seguindo orientações do Comitê de Prevenção de Homicídios na Adolescência.
- Criação de mecanismos de participação e deliberação popular como o orçamento participativo.
- Criação do conselho municipal de transportes.
- Controle dos aumentos abusivos de preços de passagens no transporte público.
- Melhoria na iluminação e arborização da cidade.
- Alargamento de calçadas e implementação de calçadas ativas.
- Criação de plano municipal de cultura.
- Implementação de parcerias público-populares.
- Investimento em saneamento básico. Em defesa do caráter público da Cagece, contra a orientação do novo marco regulatório do saneamento.
- Mutirões para construção de casas populares.
- Criação de Parque Ecológico Municipal.
- Ampliação do Programa Cidade Limpa.
- Elaboração de política municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- Revitalização de áreas verdes do município.
- Promoção de inclusão produtiva de catadores e catadoras de resíduos sólidos e materiais reciclados.

CAMPO

O conflito agrário marca a história do país. A concentração de terras nas mãos da classe dominante é parte da formação da sociedade brasileira, bem como a luta dos movimentos populares pelo direito à terra. No século XIX, a lei de terras expulsou posseiros, causando migrações, concentração urbana e banditismo social. Nos anos 1950, o avanço das lutas populares aproximou a conquista da reforma agrária, mas esse processo foi interrompido pelo golpe de 1964. A modernização durante a ditadura foi profundamente conservadora, reforçando a estrutura do latifúndio. Nos anos 1990, o neoliberalismo reforçou a integração dependente do Brasil no capitalismo global, se apropriando de demandas populares em sentido mercantil. Os anos Lula representaram um período de alguns avanços, mas sem a devida politização da questão agrária, devido à política de conciliação de classes. Do golpe de 2016 até hoje a ofensiva reacionária se acentuou, com uma escalada da violência no campo.

Nos últimos 50 anos o Cariri passou por grandes alterações no campo. Da agricultura de subsistência e produção de algodão, que criava as condições de permanência no campo, passamos a um processo de elevado êxodo rural. A zona urbana teve grande ampliação populacional, sem as condições adequadas de vida para a população, provocando vários problemas sociais. O poder no campo é dominado por famílias tradicionais, que hoje residem na cidade, mas controlam suas propriedades à distância pelo domínio do capital e da tecnologia. No contexto da pandemia, a precariedade da vida da população nas zonas rurais se amplia, como mostra o aumento dos casos de violência contra a mulher.

Não é possível construir outra cidade sem pensar em alternativas políticas para o campo. Uma política agrária consequente ajudará a resolver problemas sociais que afetam a cidade, como o desemprego e a violência. É preciso incentivar o pequeno produtor, no interior da concepção agroecológica. A agroecologia é um projeto alternativo para o campo defendido pelos movimentos populares, com o qual o PSOL se alinha.

Propostas:

- Construção, reforma e fornecimento das instalações físicas e equipamentos das Unidades Básicas de Saúde, das Casas de Sementes Crioulas e das Escolas no/do Campo.
- Reforma das estradas e passagens molhadas. Instalação de placas e logradouros indicando os limites dos distritos e principais comunidades, delimitação das Áreas de

Proteção Ambiental – APAs, Zona Especiais Ambientais – ZEAs e outras unidades de conservação.

- Reestruturação da Rede de Intercâmbio de Sementes – RIS criando condições para a substituição de sementes híbridas e transgênicas por sementes crioulas.
- Fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a Assistência Técnica Rural – ATER com foco na Agroecologia, melhorar o Serviço de Inspeção Municipal – SIM e o Programa de Aração de Terras - PROARA.
- Facilitação do acesso a emissão da DAP, divulgar políticas de acesso à terra, crédito fundiário, seguro safra, e demais políticas públicas.
- Estabelecimento ou fortalecimento de parcerias com a SMDA, Embrapa, Agropolos, URCA, UFCA, Agronomia Campus Crato, Ematerce, Instituto Federal, ONGs e Movimentos Sociais. Estabelecer parcerias com ONGs e Movimentos Sociais para construção de Tecnologia Sociais Hídricas – TSHs (cisternas, barreiros, barragens subterrâneas e projetos de reúso da água).
- Estruturação de equipamentos municipais de combate à violência contra a mulher no campo: CRAS, CREAS e centro de referência do mulher.
- Promoção o saneamento básico rural com foco em tecnologias sustentáveis como a Fossa Séptica Biodigestora. Implantar a coleta seletiva de lixo.
- Promoção campanhas contra queimadas, desmatamentos e uso de agrotóxicos. Criação de brigadas contra incêndios e queimadas.
- Ampliação e estímulo da produção e distribuição de mudas nativas. Criação de política de incentivo à produção e distribuição de defensivos naturais e controle biológico de pragas.
- Promoção de mutirões para construção de cercas vivas, recuperação de áreas degradadas, reflorestamento das matas ciliares e implantação de agroflorestas.
- Implantação e equipamento de farmácias vivas e hortas comunitárias nas escolas e Unidades Básicas de Saúde.
- Criação de fundo municipal de economia solidária, regulamentar a lei de economia solidária e criar o conselho municipal de economia solidária, fazer um mapeamento de empreendimentos solidários.
- Criação de novas áreas de proteção ambiental (Sítio Riacho Fundo no limite com nova Olinda, olho d'água do Baixio do Muquém, riacho do Pinga no Baixio das Palmeiras).
- Regulamentação da lei municipal que trata do extrativismo do coco babaçu e do piqui.

- Criação de projetos de preservação das nascentes, democratizando o seu uso. Promover fiscalização ambiental.
- Desenvolvimento de projetos produtivos de artesanato, culinária, beneficiamento de frutas e pequenas agroindústrias. Estimular a apicultura e agroflorestas. Estruturar e melhorar as feiras agroecológicas.
- Incentivo à produção em pequenos quintais produtivos. Incentivar a criação de cooperativas. Criar certificação de produtos agroecológicos.
- Demarcação de áreas ociosas na periferia e regulamentar terrenos baldios na cidade para pequenas unidades produtivas para famílias em situação de vulnerabilidade.
- Melhoria através de cooperativas a comercialização de frutas como a ciriguela.
- Resgate pequenas unidades de produção da mandioca e da cana-de-açúcar estimulando o funcionamento de casas de farinha e engenhos.
- Criar condições para o turismo rural e ecológico mapeando trilhas, áreas propícias para esportes radicais e sítios arqueológicos e paleontológicos.
- Fortalecimento dos movimentos culturais nas escolas, associações, sindicatos, grupos de jovens, pastorais, etc. Fortalecer eventos já existentes como as feiras e o Grito da Terra.
- Criação de espaços alternativos de cinemas, museus, teatros, escolas de músicas. Criação de espaços de esporte e lazer como quadras e campos de futebol. Equipar praças com equipamentos de academia. Incentivo à arborização de espaços públicos como estradas, praças, escolas, igrejas e Unidades Básicas de Saúde.
- Destinação de recursos para a viabilização de Educação do Campo. Garantia de transporte escolar de qualidade e merenda escola através do PAA. Criação de uma Escola Família Agrícola – EFA
- Realização de capacitações e formações para a juventude do campo (gênero, LGBT, raça e etnia);
- Mapeamento dos patrimônios culturais (materiais e imateriais) para construir um acervo nos espaços das comunidades.

MULHERES

A região do Cariri é conhecida pelos altos índices de feminicídio e de violência contra a mulher. A rede de prevenção, acolhimento e proteção de mulheres ainda é insuficiente, portanto é importante pensar a ampliação das políticas, bem como nos instrumentos legais

necessários. A lei nº 11.340/2006, conhecida como lei Maria da Penha, é um avanço, porém ainda muito restrito, porque só trata da violência doméstica, deixando de fora várias outras formas de violência, como a que vitima as mulheres trans nas ruas. Além disso, a violência contra as mulheres não é um problema que possa ser resolvido apenas com punição, a educação também é fundamental para a superação da cultura machista.

A luta em defesa das mulheres deve abranger a todas. As mulheres trans e negras são as maiores vítimas, por serem as que vivem nas situações de maior precariedade, como no sistema carcerário. Pensar os problemas que afetam as mulheres em suas várias dimensões, na educação, na saúde, na segurança. A prioridade do nosso programa para mulheres é fortalecer o seu empoderamento combatendo todas as formas de violência e discriminação, combatendo o racismo, o machismo, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia.

Atualmente, enfrentamos um governo federal que ataca os direitos das mulheres. Defenderemos os direitos das mulheres e nos colocaremos junto a elas na luta contra o fascismo.

Propostas:

- Fiscalização dos hospitais e maternidades quanto ao atendimento das mulheres, em especial às mulheres negras.
- Fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família nos territórios, e a ampliação das áreas de coberturas do Programa de Saúde da Família.
- Inclusão e valorização do quesito raça/cor nos instrumentos de coleta de dados na Saúde, realizando treinamento para abordagem, análise e ampla divulgação do perfil da saúde da população negra, para ampliação do conhecimento sobre a saúde das mulheres negras
- Criação de linhas de cuidados na saúde integral das pessoas com Doença Falciforme, para atendimento de mulheres negras.
- Adoção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no âmbito do município, para ampliar os cuidados com a saúde de mulheres negras.
- Cumprimento da obrigatoriedade da notificação compulsória dos serviços de saúde nos casos de violência doméstica e sexual, conforme portaria nº 104 do Ministério da Saúde.
- Implementação da Política de Educação Permanente e Continuada para os Profissionais de Saúde com foco no atendimento à mulheres vítimas de violência;
- Ampliação do atendimento psicossocial para as mulheres com adoecimento mental.

- Implementação da lei municipal nº 3.461/2018 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas municipais do Crato.
- Ampliação do número de creches através do cumprimento do repasse dos recursos do FUNDEB ao município;
- Criação de uma Ouvidoria na Secretaria de Educação para apuração de casos de discriminação de gênero e racismo religioso na educação, como também a formação de conselheiros educacionais especializados na temática.
- Realização de planejamentos territoriais das políticas públicas de acesso à terra e moradia e incluir jovens como beneficiárias, dando prioridade para as jovens mães ou chefes de família.
- Políticas de ocupação dos espaços da cidade com segurança pelas mulheres.
- Implementação de Políticas de incentivo à Economia Solidária voltadas para mulheres.
- Fortalecimento de grupos produtivos formais e informais, incentivando ações coletivas ou em rede voltadas para mulheres.
- Paridade de gênero em vagas de concurso público na área da segurança, para aumentar o número de servidoras públicas municipais.
- Ampliação de serviços de acolhimento às mulheres e meninas vítimas de violência.
- Criação de casa-abrigo para assistência às mulheres vítimas de violência.
- Implementação da patrulha da guarda municipal voltado para vítimas de violência doméstica.
- Fortalecimento da parceria com a Universidade Regional do Cariri – URCA para maior atuação do Observatório da Violência e dos Direitos Humanos, buscando maior qualificação da coleta de dados sobre a violência contra mulher no município.
- Reestruturação da formação para Policiais Militares e Civis nas temáticas de Direitos Humanos e enfrentamento à discriminação de raça/cor e etnia, gênero, orientação sexual e Classe, sobretudo para profissionais que atuem no enfrentamento à violência contra mulher.
- Obrigatoriedade da fixação de cartazes com informativos de combate à violência doméstica e familiar em bares, restaurantes e espaços de eventos;
- Fortalecimento da luta pela ampliação, interiorização e descentralização dos equipamentos estaduais de combate a violência contra a mulher, como a implantação da Casa da Mulher Cearense na Região do Cariri.
- Implementação dos programas Saúde da Mulher e Saúde da População Carcerária.

TRABALHO E RENDA

Os últimos anos foram marcados pelo crescente desemprego e precarização das relações de trabalho. Na crise do capitalismo, cada vez mais a classe trabalhadora luta com ocupações mal pagas, sem reconhecimento, dignidade e respeito. Sem encontrar uma resposta efetiva, milhões são entregues à própria sorte. A saída imposta pelos capitalistas e seus representantes na política é pressionar cada vez mais a redução dos salários, que são facilmente engolidos pela inflação, além da retirada dos poucos direitos que restaram depois das contrarreformas trabalhista e da previdência.

Neste cenário desesperador onde as desigualdades sociais só se ampliam, juventude, mulheres, LGBTQs, negras e negros são forçados a viver na marginalidade. Ao mesmo tempo, os super-ricos, banqueiros e especuladores, donos da cidade e do campo, lucram cada vez mais, mesmo no período da pandemia da Covid-19 e da crise econômica, enquanto a esmagadora maioria é obrigada a fazer sacrifícios e agora só receberá R\$ 300 de auxílio emergencial.

É preciso e possível modificar este cenário de desocupação e empregos desqualificados. Isso significa que o papel do Estado é decisivo e deve ser bem diferente daquilo que é hoje. A economia deve ser estruturada em uma lógica planejada e efetivamente democrática. Para atender aos anseios populares, das camadas e das classes que mais sofrem por causa da ânsia de lucro do mercado é necessário um giro completo onde o governo popular à frente do município seja responsável por um plano massivo de geração de empregos com condições dignas, garantia de renda para viver, valorização da economia solidária e que arranque os privilégios dos mais ricos. Vamos, sobretudo, alterar a responsabilidade com a remuneração do capital financeiro e com o pagamento das empresas privadas que mantém negócios com a prefeitura.

Propostas:

- Redução da taxa ou ampliação da faixa de isenção entre as camadas de menor renda.
- Adoção de um plano de obras, reparos e serviços públicos para geração de emprego em massa com condições dignas garantidas.
- Implementação da renda básica emergencial pelo município.
- Instituição de um sistema progressivo sobre Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) que subsidie

pessoas de baixa renda para moradia popular, sendo progressivo até as cobranças mais elevadas para os terrenos urbanos que são propriedades de grandes empresas, construtoras e imobiliárias.

- Instituição da progressividade na aplicação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com uma taxa simbólica para trabalhadores autônomos de baixa renda até as cobranças mais elevadas a prestadoras de serviços privados.
- Aplicação do reajuste salarial para os servidores públicos do Município tendo como base o salário-mínimo do DIEESE.
- Adoção de cotas permanentes para negras e negros, indígenas, LGBTQs e portadores de necessidades especiais no serviço público.
- Garantia de igualdade salarial e condições específicas entre mulheres e homens, brancos e negros.
- Revisão e auditoria dos contratos, planilhas de prestação de contas e aplicação de recursos públicos com relação às Organizações Sociais (OS) visando a reversão das mesmas para uma administração 100% pública e democrática. Em casos inviáveis de reversão das OS para administração pública, implantar leis que aprofundem e obriguem a transparência dos números das OSs, publicizando e tornando fácil o acesso à população aos salários de seus diretores e o uso de seus suprimentos.
- Revisão de todos os incentivos fiscais do município concedidos a empresas instaladas na cidade, cobrança de ressarcimento de processos irregulares, contrapartida para o desenvolvimento local e impedimento de demissões.
- Fiscalização intensa das condições de trabalho dos servidores do município, incluindo nas OSs, visando restringir o emprego de terceirização e erradicando a precarização dos trabalhadores envolvidos na saúde.
- Tabelaamento dos preços dos equipamentos de proteção individual (EPIs) e dos utilizados no controle da transmissão da Covid-19.
- Proibição da industrialização, utilização e comercialização do Amianto, bem como de produtos ou subprodutos derivados dessa substância carcinogênica.
- Instituição de frente de obras prevendo a reestruturação física e construção de novas escolas, praças, quadras, ruas de lazer e saneamento básico universal.
- Promoção da inclusão de travestis e transexuais no mundo do trabalho, estabelecendo parcerias, oferecendo capacitação qualificada e salário digno.
- Abertura de vagas de estágio remunerado junto à rede pública do ensino médio e superior.

- Cobrança das dívidas ativas do município com as grandes empresas, ampliando a capacidade de investimento da Prefeitura.
- Redução do custeio de alugueis pagos pela prefeitura com a realocação das instalações em locais sem uso social.
- Revisão de todos os locais – terrenos e imóveis – sem uso social na cidade.
- Parcerias para liberação de microcrédito municipal com taxas de juros inferiores às do mercado, estrutura e incentivo a pequenos empreendedores para a criação de hortas públicas, agricultura familiar, ecoturismo, turismo religioso bem como de outras áreas de atuação.
- Fornecimento do suporte às cooperativas em seus mais diversos campos, visando instruí-las para os processos de licitação com preferência;
- Incentivo à economia solidária e promover mecanismos de distribuição dessa riqueza produzida no município a quem produz.
- Transporte público e gratuito para trabalhadores desempregados com disponibilização de Passe Livre para que a população mais carente tenha garantido seu direito à cidade.
- Manter e ampliar o Programa de Sensibilização para o Turismo Regional Rural e Religioso no Cariri.
- Conscientização sobre a importância da progressividade tributária, com medidas ao nível nacional como taxação das grandes fortunas e ampliação de tributação sobre grandes heranças, como saída para a crise e combate à desigualdade social.

SAÚDE

A pandemia do covid-19 abre um novo cenário na dinâmica mundial. Esse processo de readequação da vida nas variadas esferas do cotidiano nos permite visualizar a importância de um sistema público de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) tem cumprido um papel essencial junto à população de todas as cidades brasileiras. Hoje mais do que nunca entendemos a importância da defesa de um sistema de saúde pública para as classes menos favorecidas.

O SUS proporciona acesso universal à saúde, desde consultas a operações complexas. Esse sistema é estudado em todo o mundo pela sua eficácia e amplitude operacional. É nosso papel a defesa deste instrumento bem como a ampliação de suas potencialidades. Apesar disso, a população do município se vê desassistida que em muitos momentos.

Nesse sentido, se torna imprescindível questionar de que modo tem sido a organização e a administração dos serviços públicos de saúde. Hoje visualizamos um cenário no qual a administração dos órgãos públicos de saúde é gerida por empresas terceirizadas. Na região, cerca de 1/3 do orçamento de saúde do município chega a ser destinado ao pagamento de empresas responsáveis por gerir os instrumentos de saúde, como em Juazeiro do Norte. É imprescindível repensar essa lógica de organização e gestão, pensando no fortalecimento do conjunto de profissionais desse setor. Precisamos fortalecer a organização dos instrumentos públicos de saúde.

Propostas:

- Investimento na infraestrutura da atenção básica em saúde.
- Combate rigoroso contra a corrupção, para otimização dos recursos disponíveis.
- Garantia de condições de trabalho de qualidade nos equipamentos de saúde.
- Fortalecimento da atenção primária em saúde.
- Redistribuição de verba entre os níveis de atenção básica.
- Política de valorização do conjunto de profissionais da saúde.
- Investimento em insumos, equipamentos e materiais hospitalares.
- Formação de profissionais de saúde para o atendimento adequado a mulheres vítimas de violência, comunidade LGBT (em especial pessoas trans) e combate à violência obstétrica.
- Políticas de acompanhamento do envelhecimento da população LGBT.
- Fortalecimento do Programa Saúde Bucal.
- Programa Saúde Bucal.
- Implementação das ações de saúde bucal nas escolas municipais.
- Implantação do Programa Medicação em Casa para os pacientes com doenças crônicas degenerativas.
- Informatização da distribuição de medicamentos da Central de Abastecimento Farmacêutico para as Unidades Básicas de Saúde.
- Ampliação dos serviços médicos especializados.
- Ampliação dos serviços laboratoriais clínicos.
- Fortalecimento das ações de controle de zoonoses e das arboviroses.
- Fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde e qualificação dos membros deste.
- Fortalecimento da Vigilância Sanitária.

- Investimento em consultas especializadas e exames complementares de acordo com as demandas da população.
- Ampliação na oferta de serviços da rede de atendimento psicossocial (CAPS, CAPS Infanto-Juvenil e CAPS AD).
- Valorização da saúde da terceira idade.
- Criação de canais para que os movimentos sociais participem da formulação das políticas públicas.
- Política emergencial de prevenção à violência contra a mulher no período da pandemia.

LGBTs

O Brasil é o país que mais mata Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em todo mundo. Estima-se que a cada 19h uma pessoa LGBT é assassinada. Entre elas, a letra T é a que mais sofre agressões. O tempo médio de vida de uma travesti no Brasil, hoje, é de 35 anos. As travestis e transexuais negras atingem os mais altos índices de violência, não por coincidência, são também as com menos acesso às políticas de assistência, renda, saúde e educação.

Um dos primeiros obstáculos de sociabilização para a população LGBT é a escola. Por reproduzir padrões heteronormativos, muitos LGBTs, em especial as travestis e transexuais, não concluem o ensino médio, o que as impede, muitas vezes, de conseguirem empregos. Por serem marginalizadas e criminalizadas na luz do dia, elas são capturadas, muitas vezes, pela prostituição e pelo tráfico, restando os esconderijos da noite para sobrevivência.

O avanço do conservadorismo fez com que a câmara municipal de Crato aprovasse a lei nº 3.355/2017 que impede a ampla discussão de gênero nas escolas, dificultando a execução de uma educação libertadora que prioriza a equidade de gênero: as conhecidas leis de combate à ideologia de gênero. Uma prefeitura preocupada com a sua população LGBT precisa revogar esta lei. É necessário também que a agenda de eventos em torno da população LGBT não fique restrita aos períodos próximos às paradas da diversidade. A cidade deve realizar debates ao longo de todo o ano, pois só debatendo e propondo políticas públicas construiremos uma cidade segura para todos os corpos. Além disso, as políticas de saúde devem estar atentas ao acesso da população LGBT aos serviços de saúde e à promoção do seu bem-estar.

Propostas:

- Implantação e avaliação da política nacional de saúde integral LGBT no âmbito municipal com ênfase na promoção da saúde.
- Revogação da lei municipal nº 3.355/2017.
- Criação de uma política municipal de educação continuada para servidores públicos. Acesso e permanência da população T nos diversos níveis educacionais.
- Criação de espaço de acolhimento para população LGBT em situação de vulnerabilidade social.
- Estímulo e apoio à cultura LGBT: festivais, editais voltados à expressão artística e cultural LGBT.
- Lei municipal para proibir e combater ações discriminatórias nos âmbitos público e privado.
- Qualificação profissional e ampliação de postos de trabalho para a população Trans.
- Cotas nos concursos públicos municipais para a população Trans.
- Cobrança ao Governo do Estado a implementação de Ambulatório Trans regionalizado.
- Políticas de inclusão social por meio de bolsas e capacitação para a população Trans.
- Realizar uma Conferência Municipal LGBT.
- Construção de cursinhos populares para que a população trans para ampliar acesso ao ensino superior.
- Implementação e avaliação do uso do nome social no âmbito da administração pública municipal
- Criação do conselho municipal LGBT.
- Política de incentivo fiscal para empregadores de população Trans.

COMBATE AO RACISMO

A violência racista acompanha a história do Brasil. Um processo secular de extermínio e escravidão fez parte da formação da sociedade brasileira, deixando como consequência o racismo em sua estrutura, falsificado pela ideologia de um país racialmente democrático. O Estado brasileiro foi promotor da desigualdade racial através de leis como as que impediram durante muito tempo o acesso do povo negro à educação, à terra e leis repressivas como a criminalização da “vadiagem”, usada como pretexto para criminalização das pessoas negras.

Apesar das população negra constituir a maioria, o racismo se expressa na cultura e nas instituições, por isso o trabalho de escuta permanente das reivindicações do povo passa por

compreender a importância do debate racial. Para combater o racismo é necessário adotar medidas concretas que visem a valorização da vida e cultura do povo negro e indígena. Enfrentar as desigualdades e afirmar a cidadania em todas as esferas. Disseminar o debate sobre a questão racial e dismantelar as formas de discriminação presentes no cotidiano.

A formação docente em torno da questão racial e políticas educativas de combate ao racismo e valorização da história negra e indígena são importantes para que a discussão penetre na educação e possa se expandir para toda sociedade. A desmilitarização da polícia e da política é fundamental para a defesa da vida do povo negro, assim como a defesa do Estado laico, da liberdade religiosa e a repressão aos crimes de racismo.

Propostas:

- Inclusão do combate ao racismo como objetivo estratégico no Plano Plurianual do Município.
- Formação de servidores públicos municipais em direitos humanos e combate ao racismo para enfrentamento do racismo institucional nas políticas públicas municipais.
- Incentivo, implementação e monitoramento da lei 10.639/03 no âmbito do município.
- Processos formativos com educadores e gestores a respeito das leis 10639/03 e 11845 /08.
- Propor a inclusão e valorizar o quesito raça/cor nos instrumentos de coleta de dados na Saúde, realizando treinamento para abordagem, análise e ampla divulgação do perfil da saúde da população negra.
- Criação de linhas de cuidados na saúde integral das pessoas com Doença Falciforme;
- Adoção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no âmbito do município.
- Parceria com o governo do estado para criação de delegacias ou setores nas delegacias para dar consequência mais ágil aos crimes de racismo e discriminação religiosa.
- Fiscalização da implementação das políticas de cotas raciais no âmbito do município.
- Plano municipal de educação antirracista, com a valorização da história e culturas negra e indígena, local e nacional.
- Políticas de combate à discriminação religiosa nas escolas.
- Implementação do ensino religioso em perspectiva científica e plural, não doutrinária.
- Apoio às manifestações culturais e políticas de valorização da cultura negra.

EDUCAÇÃO

Apesar dos textos legais tratarem a educação como direito social, na prática sabemos que muitas vezes nos falta o básico na implementação das políticas educacionais. Infraestrutura ruim, obras inacabadas, condições precárias de trabalho e concursos públicos sem convocação são parte do cotidiano. Os municípios são o lugar onde a educação se concretiza de maneira mais intensa. Sua atribuição principal é a educação básica, creche e ensino fundamental. É importante ter como horizonte as metas do PNE, no sentido da universalização do ensino básico e valorização de profissionais da educação, tanto salarial como da formação.

Estamos em um contexto de retirada dos direitos da classe trabalhadora em favor do capital, o que é preciso ter sempre em mente na formulação do nosso programa. Além disso, no contexto da pandemia existe forte pressão para que as aulas continuem em formato virtual, mesmo sem as condições adequadas de acesso e formação de educadores. As gestões forçam o retorno às aulas, sem consideração pelos profissionais da educação, estudantes e famílias.

Práticas como a indicação política de direções das escolas por vereadores, fechamento das escolas rurais, discriminação religiosa nas escolas e superlotação das salas de aula precisam acabar. Lutaremos pela valorização salarial de educadores, para fixar profissionais e incentivar a qualificação, pela acessibilidade na educação e promoção dos direitos humanos no ambiente escolar. O combate que estamos travando é em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e laica.

Propostas:

- Ampliação do financiamento público para a educação, a fim de garantir condições dignas de trabalho e estudo para alunos e professores.
- Convocação de profissionais da educação de concursos já realizados e realização de novos concursos para suprir as carências.
- Política de valorização salarial, das carreiras docentes e incentivo à formação continuada.
- Implementação da eleição direta para as direções escolares no município.
- Implementação de políticas de incentivo ao debate sobre direitos humanos na educação.

- Fiscalização da lotação máxima por sala de aula nas escolas municipais.
- Fim da política de fechamento das escolas rurais.
- Mapeamento de necessidades e formação de equipes multidisciplinares nas escolas com assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos, para lidar com a diversidade de questões que aparecem no seu cotidiano como violências e cuidados preventivos de saúde mental.
- Ampliação do número de creches no município, com atendimento em tempo integral.
- Incentivo à qualificação do quadro docente para garantia de acessibilidade universal na educação pública.
- Discussão democrática do Plano Municipal de Educação.
- Incentivo ao funcionamento das escolas como centros integrados de arte, cultura e lazer para a comunidade.
- Efetivação de profissionais temporários/as.
- Aprimoramento e implementação da Escola em Tempo Integral no âmbito municipal.
- Aprimoramento e implementação do Projeto Professor Diretor de Turma nas escolas municipais.
- Favorecer o conhecimento e implementação da pedagogia do campo.
- Manutenção e ampliação das parcerias para oferta de cursos profissionalizantes com Sesi e Sesc e outras instituições.
- Assegurar o cumprimento do Plano Municipal de Educação suas ações, monitorando periodicamente a execução das metas e ações.
- Promover o conhecimento da história local através de cartilhas e livros paradidáticos específicos.

SEGURANÇA PÚBLICA

A violência é hoje um fenômeno naturalizado no país. No Brasil, temos uma média de 60 mil homicídios por ano. A pandemia escancarou a crueldade dessa situação que já conhecíamos, com milhares de mortes diante de forte indiferença. Precisamos romper com esse ciclo de sofrimento e morte, reafirmar o valor de cada vida. A juventude pobre e negra é a maior vítima dessa violência.

Infelizmente, o estado do Ceará está em terceiro lugar entre os estados com mais mortes na faixa etária de 12 a 18 anos. O quadro da pandemia agrava a situação de

precariedade já vivida. No ano de 2020, 409 adolescentes entre 10 e 19 anos foram assassinados no Ceará. A violência hoje atinge fortemente o interior do estado, incluindo o Cariri, com Juazeiro do Norte chegando a aparecer nas estatísticas dos últimos anos como uma das cidades mais violentas do mundo.

Para acabar com a violência, precisamos de um novo olhar para a segurança pública. Uma política de segurança pública eficaz é aquela que pensa em todos os aspectos da questão, apostando mais na defesa de direitos e da dignidade humana do que na violência armada do Estado, mais na prevenção e proteção do que na repressão. Atacar as causas da violência, procurando construir um Cariri de paz e tranquilidade, no qual nossa juventude possa crescer com segurança.

Propostas:

- Por meio do Sistema Único de Segurança, articulação de políticas de prevenção localizadas por território de vulnerabilidade social.
- Cobrança do governo federal e estadual de um fundo de participação para políticas em áreas de vulnerabilidade social.
- Criação de estratégias de prevenção à violência contra crianças e jovens adultos.
- Iniciativas para redução do déficit de escolarização.
- Incentivo ao desenvolvimento de câmaras cidadãs de gerenciamento de conflitos.
- Prioridade, financiamento e monitoramento dos sistemas socioeducativos municipais e estaduais, priorizando as medidas socioeducativas de meio aberto.
- Fomento de programas de atendimento a egressos do sistema penitenciário.
- Criação de estratégias de prevenção à violência contra a mulher, como a Patrulha Maria da Penha.
- Em parceria com o estado, fortalecimento da rede de encaminhamento, acolhimento e assistência de mulheres em situação de violência.
- Abrigo para mulheres vítimas de violência no município.
- Aprimoramento da formação da guarda municipal em relação às questões de direitos humanos.
- Investimento em investigação e inteligência, para a elucidação de crimes e diminuição do conflito violento, protegendo população e profissionais da segurança.
- Estabelecimento de contrapartidas sociais as políticas de incentivo fiscal, para ampliar as oportunidades de emprego e renda.

- Combate à evasão escolar.
- Políticas de esporte, cultura, lazer e capacitação profissional para a juventude.

CULTURA

A cultura em seus mais diversos campos de atuação não tem tido o valor que efetivamente necessita. Por conta do reacionarismo e desmonte consciente pelos governos ao longo dos anos, a cultura não encontra um espaço específico no planejamento político.

É urgente modificar esta situação com um governo que destine uma verba permanente e que consiga atender as demandas efetivas. Para isso, precisamos primeiro compreender as possibilidades que o espaço de nossa região nos proporciona, com a pluralidade de manifestações e ativismos culturais nascidos nos berços dos bairros, comunidades, vilas, áreas urbanas e rurais. Segundo, como ceder o espaço e os meios necessários para incentivo e preservação do patrimônio histórico e cultural.

Acreditamos que as condições necessárias devem passar primeiro pela criação e fortalecimento de um planejamento que valorize e dê autonomia às expressões culturais existentes e crie a possibilidade para que novas surjam todos os dias; que promova ações de produção sustentável e solidária para o campo; que encontre uma convergência com outras esferas de atuação política para complementaridade; que compreenda as dimensões estéticas e seus sentidos de apreensão, expressão, preservação e amplitude do que é cultura, para assim fortalecê-la.

Propostas:

- Fortalecimento de um Sistema Municipal de Cultura e de Secretaria de cultura com equipe habilitada e capacitada para o pleno desempenho das atividades da pasta.
- Estímulo para existência de um conselho de política cultural ativo e participativo, contando com a presença de diferentes atores da sociedade.
- Realização da Conferência de Cultura com vistas a dialogar e elaborar propostas para redação do plano municipal de cultura.
- Implementação de um Plano efetivo de cultura.
- Criação do sistema de financiamento à cultura com existência obrigatória do fundo de cultura.

- Valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais para realização de ações com grupos/pessoas, visando o compartilhamento de saberes/fazeres e o reconhecimento de suas práticas como relevantes para a cultura e memória da cidade.
- Existência de um auxílio financeiro como forma de reconhecimento/manutenção dos grupos/pessoas detentores de conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais.
- Lei municipal de proteção dos saberes/fazeres (raizeiras/os, mezinheiras/os e parteiras) para fins comerciais, garantindo o reconhecimento de conhecimentos/informações acumulada/produzida por povos originários e tradicionais.
- Apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local: financiamentos, feiras e demais ações de incentivos para o setor.
- Lei municipal criando disciplina de cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural na rede pública de ensino básico (estímulo de mestras/es nas escolas e alunos nos terreiros, ampliando possibilidades do ensino através de diferentes conhecimentos, espaços e afetos).
- Existência de um calendário de ações a serem realizadas em diferentes equipamentos culturais e patrimônios (material, imaterial, arqueológico, natural, etc.) com alunos da rede pública de ensino básico, objetivando despertar o conhecimento e interesse pela cultura existente na cidade.
- Ações voltadas para incentivo à leitura com bibliotecas volante e bibliotecas comunitárias através do empoderamento dos bairros e comunidades na criação e manutenção dos seus próprios acervos.
- Capacitação de agentes de mediação da leitura, para atuação nas escolas e bairros.
- Implantação do programa de bibliotecas prisionais que ultrapassa as fronteiras da leitura, promovendo ações que contribuem para a ressocialização dos apenados.
- Ampliação do quadro de bibliotecários e auxiliares de bibliotecas no âmbito da biblioteca pública e demais bibliotecas da cidade.
- Editais de incentivo à produção audiovisual e artes cênicas.
- Promoção de festivais, encontros de mostra cênica e audiovisual a serem realizados nos teatros, bem como praças e bairros da cidade.
- Oficinas/aulas de produção audiovisual e artes cênicas a serem realizadas nas escolas da rede pública de ensino básico.

- Fortalecimento e implantação de museus tendo em vista fomentar o acesso a diferentes acervos, saberes e conhecimentos: Memorial/Museu dos Povos Kariris e Memorial/Museus comunitários.
- Ampliação do quadro de museólogos, historiadores antropólogos no âmbito das instituições museais/memoriais da cidade.
- Diálogo constante com demais atores do setor cultural para elaboração e implementação de demais ações que possam vir a ser relevantes para a cultura na cidade.
- Promover práticas esportivas como forma de integração social e melhoria da qualidade de vida para as diferentes faixas etárias.
- Apoio às equipes de esportes e atletas amadores existentes na cidade.
- Conselho Municipal de Desporto.
- Revitalização dos equipamentos esportivos do município, na zona urbana e rural.

MEIO AMBIENTE

Quando falamos em meio ambiente, estamos tratando de todo e qualquer espaço habitado por seres vivos. Todas as atividades humanas produzem impactos, por isso é necessário refletir com seriedade sobre como estabelecer uma relação saudável entre ser humano e ambiente natural. Não podemos tratar a natureza como um mero recurso para os fins do capitalismo, que destrói o ambiente e vidas humanas e animais. Precisamos nos compreender como parte da natureza e que uma boa vida depende da preservação ambiental.

Os problemas ambientais são problemas do capitalismo. Não podemos apenas pintar o desenvolvimento de verde. A crise ambiental atual é consequência do sistema. Defendemos o Ecosocialismo como a única forma de reverter essa lógica de destruição, eliminando a ânsia do lucro e colocando as necessidades humanas e ambientais no centro da economia.

Como têm alertado os principais cientistas de todo o mundo, o século XXI será o século das pandemias. Nesse sentido, a Covid-19 é apenas um subproduto das agressões ao meio ambiente que precisam ser acessadas imediatamente. O PSOL propõe um amplo programa de transição baseado na mudança da matriz energética (descarbonização), na defesa da soberania alimentar, na defesa dos bens naturais (água, por exemplo) como direito da biosfera e na educação das novas gerações para preservação ambiental. Na esfera regional e local, reiteramos a necessidade de conhecer as riquezas naturais da região, preservá-las e recuperar

aquilo que sofreu degradação. As comunidades precisam estar envolvidas para a colocar suas demandas e utilizar seu conhecimento do local para implementação de uma política eficaz.

Propostas:

- Plano Municipal de coleta seletiva de lixo e estímulo a projetos de economia do reparo, compostagem (revolução dos baldinhos), programas de reciclagem e logística reversa.
- Construção de aterro sanitário.
- Programas de apoio à descarbonização com solarização de prédios públicos e residenciais, incentivo a geração de energia através de biogás, biocombustíveis e Fossa Séptica Biodigestora (na zona rural).
- Ampliação das ciclovias e incentivo a transporte público de qualidade incluindo periferia e distrito.
- Fortalecimento dos programas de farmácias vivas e hortas comunitárias nas Unidades Básicas de Saúde dos bairros e distritos.
- Incentivo a bioconstrução e permaconstrução com utilização de produtos locais.
- Alteração dos currículos escolares com oferta de cursos, oficinas e formações para que professores se preparem para o programa de transição e possam enfrentar os desafios da emergência climática.
- Estímulo de programas de reeducação alimentar apoiando dieta à base de produtos de origem vegetal não industrializados e produzidos localmente.
- Revitalização dos rios, reflorestamento das matas ciliares e recuperação de mananciais e córregos.
- Apoio às Tecnologias Sociais Hídricas TSHs com captação de água de chuva nos prédios públicos;
- Auditoria das outorgas de água no município.
- Arborização urbana com espécies nativas.
- Criação de corredores ecológicos nos distritos e periferias da cidade para o deslocamento da fauna.
- Limitação ao uso eleitoreiro da política de asfaltamento priorizando a construção de calçamento permeável à chuva.
- Regulação e fiscalização à exploração de minério.
- Proteção do patrimônio genético e combate à biopirataria nas florestas do município;

- Ampliação e estímulo à produção e distribuição de mudas nativas.
- Programa de incentivo junto às comunidades do sopé da Chapada do Araripe para preservação das nascentes.
- Controle do desperdício de água através dos instrumentos legais do município como o Plano Diretor.
- Fortalecimento e equipamento das Zonas Especiais Ambientais – ZEAs e estímulo à criação de novas unidades.
- Incentivo à agricultura urbana e periurbana com hortas individuais e comunitárias com apoio material, logístico e extensionismo.
- Política de zoneamento municipal nas áreas urbana e rural.
- Fiscalização de licenciamentos ambientais.
- Fiscalização dos crimes ambientais, poluição, contaminação, queimadas, captura da fauna e uso descontrolado de agrotóxicos.

JUVENTUDE

Infelizmente, o estado do Ceará em terceiro lugar entre os estados com mais mortes na faixa etária de 12 a 18 anos. O quadro da pandemia agrava a situação de precariedade já vivida. No ano de 2020, 409 adolescentes entre 10 e 19 anos foram assassinados no Ceará. Precisamos urgentemente adotar medidas de proteção à vida de crianças e adolescentes. A juventude merece viver e florescer.

Para enfrentar esse desafio, buscamos o conhecimento acumulado pela pesquisa científica e a prática da defesa de direitos das crianças e adolescentes, no Brasil e no Ceará. Relatórios e notas técnicas como as disponibilizadas pelo Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência e pelo Centro de Defesa da Criança e Adolescente do Ceará oferecem evidências, análises e recomendações. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o Plano Nacional De Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, elaborados e pactuados entre representantes do poder público, sociedade civil organizada e organismos internacionais, também fizeram parte do composto de elementos para a construção desse programa.

É de fundamental importância a participação de movimentos sociais, pesquisadores e da própria juventude na construção de propostas de um programa de governo dessa natureza,

logo, as propostas aqui apresentadas estão em consonância com o diálogo desenvolvido com esses atores ao longo da elaboração do programa, entre reuniões, consultas e debates públicos.

Propostas:

- Elaboração de um protocolo de atendimento às famílias de adolescentes vítimas de violência, articulando os serviços da rede de atenção psicossocial e da assistência social, os CAPs, CRAS, CREAS, CRM e outros disponíveis.
- Pactuação junto ao Poder Judiciário e à Defensoria Pública para o acesso à justiça de adolescentes vítimas de violência e seus familiares.
- Desenvolvimento de pesquisas através dos serviços de proteção social e em conjunto com outras instâncias como universidades e organizações da sociedade civil, objetivando fundamentar as ações de prevenção aos homicídios na adolescência.
- Investimento em infraestrutura urbana dando prioridade às áreas de maior vulnerabilidade social. Melhorar iluminação pública, saneamento básico, implantar equipamentos sociais, criar programas de habitação para sanar o déficit habitacional e intervir em habitações irregulares.
- Elaboração, desenvolvimento e execução de serviços de monitoramento à evasão escolar e de busca ativa destinados a crianças e adolescentes que estão fora da escola.
- Elaboração, desenvolvimento e execução de projetos de mediação de conflitos entre adolescentes em espaço institucionais como escolas, CRAS, CREAS, Centros Socioeducativos.
- Ampliação do atendimento psicossocial de crianças e adolescentes em situação de uso abusivo de drogas, álcool e outras, através do CAPS – AD.
- Manutenção da formação continuada para profissionais de políticas públicas que possuem crianças e adolescentes entre o seu público-alvo.
- Desenvolvimento de condições para o acompanhamento comunitário de medidas socioeducativas e meio aberto nos serviços públicos municipais, bem como a cooperação de instituições da sociedade civil para o mesmo fim.
- Criação de iniciativas de entrega voluntária de armas de fogo e munições.
- Realização de ações socioeducativas para criar uma cultura de responsabilização da sociedade quanto a casos de violência contra crianças e adolescentes, tal como estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Ampliação do acesso à atenção psicossocial da população em geral com ampliação das equipes de Saúde mental e do horário de atendimento ofertado possibilitando aos trabalhadores acesso pleno ao tratamento.
- Garantia da articulação e a integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências.
- Consolidação do modelo de atenção psicossocial, por meio de indicadores, para alcançar os principais objetivos da política e auxiliar ações dos trabalhadores e gestores, a fim de dar uma maior transparência aos usuários e a sociedade e identificar pontos frágeis que possam ser aperfeiçoados.
- Programa de educação permanente para os profissionais da Rede de Atenção Psicossocial.
- Ampliação da Política de Saúde Mental garantindo sua viabilidade em termos de recursos, capacitação e concurso público.
- Aumento do número de leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais.
- Incentivo à geração de trabalho e renda dos usuários do CAPS com programas e estratégias de Reabilitação Psicossocial e reinserção social.
- Promoção de cuidados em saúde especialmente a grupos mais vulneráveis (crianças, adolescentes, mulheres, grupos LGBTs, pessoas em situação de rua e populações indígenas).
- Consideração dos princípios da reforma psiquiátrica e desinstitucionalização, serviços multiprofissionais e comunitários antimanicomial que levam em consideração as subjetividades
- Promoção de ações socioeducativas nos espaços de convivência de crianças e adolescentes (família, escola, projetos sociais) para prevenção de formas de abuso e exploração sexual, considerando as particularidades de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, etc.
- Realização de ações destinadas a sociedade em geral com objetivo de difundir informações sobre como prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes, como campanhas, debates e distribuição de material informativo.
- Realização de ações destinadas a sociedade em geral informando como proceder diante de casos de abuso e/ou exploração sexual. Quais os serviços e órgão devem ser informados, por exemplo. Campanhas e distribuição de material informativo.

- Articulação junto às outras esferas de governo, aos poderes legislativos, judiciário e organizações da sociedade civil, a elaboração e implementação de políticas públicas que promovam os direitos sexuais e contribuam no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Implementação do tema da Educação Sexual no currículo da Educação Básica, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente que garante os direitos sexuais de crianças e adolescentes. Essa medida também objetiva produzir um processo de empoderamento de crianças e adolescentes para sua autoproteção.
- Elaboração e implementação de programas de responsabilidade social junto a empresas que empregam adolescentes nos termos definidos pelo Estatuto da Crianças e do Adolescente.
- Estruturação dos serviços de políticas públicas intersetoriais para ampliação do acesso universal de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de abuso ou exploração sexual.
- Estabelecimento de um programa de formação continuada para profissionais que atuam em políticas públicas que possuem crianças e adolescentes como público alvo.
- Elaboração e implementação de serviço de escuta especializado para casos de violação de direitos de crianças e adolescentes, garantindo acolhimento institucional.
- Estruturação do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescente conduzido por medida de proteção e risco social.
- Garantia da atenção psicossocial de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou de violência sexual já condicionada, através de serviços como CRAS, CREAS e CAPS Infanto-juvenil.
- Estabelecimento de protocolo entre instituições, serviços, órgão e sujeitos que atendem crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual, pactuando como se efetivará o atendimento a essa demanda.
- Articulação e monitoramento das políticas públicas municipais de erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.
- Elaboração, coordenação e execução de projetos de inserção do adolescente em espaços de trabalho como o programa Jovem Aprendiz, junto às demais esferas de governo, seguindo os ditames estabelecidos pelo Estatuto da Crianças e do Adolescente.

- Fortalecimento dos serviços de Proteção Social Básica e Especial da Política de Assistência Social para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social, buscando assim prevenir a situação de trabalho infantil.
- Elaboração, coordenação e execução de projetos sociais nas áreas de cultura e esporte como forma de prevenção a situação de trabalho infantil.
- Realização de encontros, seminários, debates, campanhas e outras ações educativas para sensibilizar a necessidade do enfrentamento ao trabalho infantil.
- Criação de fóruns de debate com instância que possam agregar as ações de erradicação do trabalho infantil, tais como universidades, conselhos de direitos, organizações da sociedade civil, poderes legislativos e judiciário, entre outros.
- Estímulo à participação de adolescentes em processos de elaboração de políticas voltadas para o cooperativismo de geração de renda.
- Disponibilização de informações em espaços como sites da prefeitura, mídias e redes sociais, sobre os impactos do trabalho infantil para crianças e para o desenvolvimento social, difundindo assim conhecimento sistemático sobre a questão.
- Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos de geração de emprego e renda para as famílias, objetivando a prevenção ao trabalho infantil.
- Expansão de creches em tempo integral, permitindo aos pais e/ou responsáveis tempo para o trabalho.
- Equipes multidisciplinares acompanhando a rede de educação municipal. Compostas por assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos, entre outros profissionais.
- Reforço escolar no contra turno como garantido pela LDB.
- Centros de Atendimentos Educacionais Especializados, para atendimento aos alunos com deficiências e transtornos de aprendizagem.
- Expansão do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as escolas da área urbana e rural onde não exista.
- Garantia de formação continuada para os professores do AEE.
- Expansão das escolas na rede rural, indo em direção oposta ao contínuo fechamento dessas instituições.
- Criação de cursinhos preparatórios para o ENEM e os vestibulares.
- Garantia de merenda escolar de qualidade.
- Programas de incentivo à leitura.
- Criação de programas de transferência de renda para garantir a permanência de alunos de baixa renda nas escolas.

- Programa de mediação de conflitos na escolas.
- Projeto de busca-ativa para alunos em condição de evasão escolar.
- Reestruturação física das unidades escolares.
- Divisão do número de alunos adequadas para evitar a lotação de salas de aulas de modo que prejudique o processo de ensino e aprendizagem.
- Criação de Núcleos de Arte e Cultura com projetos para juventude, localizados preferencialmente em áreas de vulnerabilidade social.
- Segundo turno escolar com atividades de formação artística para os alunos da rede municipal.
- Garantia da participação das juventudes em espaços de deliberação sobre políticas públicas no campo da cultura.
- Realização em espaços urbanos e rurais atividades culturais diversas com grupos populares tradicionais, leitura, cinema, música, teatro, danças, oficinas de pintura e escultura, entre outros.
- Universalização do acesso à internet nas periferias e áreas rurais em praças, escolas, postos de saúde e nos Núcleos de Arte e Cultura.
- Atividades de comunicação popular nas comunidades. Oficinas de comunicação popular, estruturação de rádios comunitárias com programação conduzida pela juventude e para a juventude.
- Reestruturação física das escolas tendo em vista a prática de atividades esportivas dos alunos.
- Segundo turno escolar com atividades esportivas como elemento de construção da cidadania entre crianças e adolescentes.
- Equipamentos voltados para prática de esportes nos bairros, como quadras poliesportivas, praças com espaços e instrumentos destinados a atividade física.
- Promoção da atividade física como atividade necessária à saúde e ao bem-estar.
- Realização de fechamentos de ruas semanalmente para práticas de esporte, lazer e cultura, também objetivando a socialização e construção de sentimento de coletividade.
- Valorização do profissional de educação física, garantindo direitos e condições adequadas para realização de suas atividades.